

Um réquiem para a CPMF

por Gustavo H. B. Franco

O desfecho (in)feliz do drama em torno da CPMF resulta de uma constelação de pecados por parte do governo, uma mistura de gula, soberba, vaidade, e talvez principalmente uns dois tostões e meio de preguiça de tentar entender a mudança ocorrida no quadro fiscal. A oposição pode não estar sem pecado, mas tem a indulgência que é devida a quem faz este papel. A opinião pública, acordada pela agonia do governo, virou-se contra o imposto de cheque com enorme clareza, talvez menos pelo mérito da coisa em si, que pelo desprezo olímpico que o governo mostrou pelas queixas contra o tamanho dos impostos, que tratou como questão ideológica e não prática. Não há dúvida que tudo isso poderia ter saído muito mais barato.

O grande erro foi tentar renovar a CPMF no peito e na raça, sem olhar os números e atinar que o contexto é muito diferente das renovações anteriores. A economia vai bem e a situação fiscal hoje é a melhor em muitos anos; vamos fechar 2007 com um déficit (medido sem truques) de 2,4% do PIB, algo na faixa dos R\$ 50 bilhões, e caindo. O progresso é notável: o “rombo” foi de 3,2% do PIB em média para 2003-06, de 4,0% para 1999-2002, e 6,2% para 1995-98. Com efeito, a situação era crítica nos primeiros anos do Real, com o cheiro da hiperinflação ainda no ar, e as contas fiscais a um passo do caos. Naquele tempo, todas as questões fiscais eram assuntos de vida ou morte, e não é mais assim. Perder R\$ 38 bi de receita quando o superávit primário pode ser de R\$ 130 bilhões, é diferente do que era quando havia *déficit* primário.

É claro que R\$ 38 bilhões, arrecadação esperada para a CPMF em 2007, é muito dinheiro. Mas não mais o suficiente para que se diga que sua renovação é medida crítica para a saúde da economia nacional. Há análises no sentido exatamente oposto. Em 2007, até outubro, a arrecadação total de impostos federais foi R\$ 375 bilhões, contra R\$ 346 bilhões no ano passado, ou seja, um crescimento de 8,5%, o que permite que de projete para 2007 um acréscimo nas receitas federais próximo de R\$ 35 bilhões. Ou seja, o crescimento da coleta de impostos federais observado em 2007, é quase equivalente a um ano de CPMF. Portanto, se os impostos federais (e estamos falando



GUSTAVO H.B. FRANCO
é economista e professor da PUC-Rio e escreve quinzenalmente em ÉPOCA. Foi presidente do Banco Central do Brasil.
<http://www.gfranco.com.br/>
gfranco@edglobo.com.br

dos federais apenas) continuarem crescendo no próximo ano no mesmo ritmo, vão compensar um bom pedaço da perda de arrecadação com a CPMF.

O leitor terá toda a razão em dizer que, nessas circunstâncias, o prejuízo não é nada de muito grave, e que não precisa nenhum “pacotão” para compensar a perda de arrecadação, que, repita-se, será quase que totalmente compensada pelo crescimento vegetativo dos impostos existentes. Portanto, se o governo vier com algum “pacote tributário de fim de ano”, vai ser muito mais represália política, que necessidade. Aliás, parece-me uma má idéia até como iniciativa política, pois, se é que o governo não reparou, o sentimento negativo diante de novos impostos cresce a cada minuto.

Teria sido imensamente mais barato se o governo tivesse feito um pacote de desoneração fiscal de uns R\$ 5 ou 10 bilhões, focado em impostos que oneram a produção. Lembrar, por exemplo, que juntos, o PIS e o COFINS arrecadam cerca de 3 vezes o que se consegue com a CPMF.

Os estrategistas do governo não se deram conta que a discussão da renovação da CPMF, diferentemente do que foi no passado, não envolve mais a sobrevivência da estabilização da moeda. Envolve, isso sim, uma discussão sobre o tamanho do Estado e da carga tributária. Diante do fato de que os impostos federais cresceram uma CPMF em 2007, não há argumento que sustente a sua essencialidade. E se é para decidir se o gasto público vai aumentar agora ou depois, o cálculo da oposição é cristalino: que seja depois, com ela no poder. E no futuro, se a Situação estiver na oposição, cumprirá a sua sagrada missão de se opor aos aumentos de impostos, como fez no passado. E assim, os políticos se revezam, como é de bom tom nas democracias maduras, em tomar conta uns dos outros, negando ao inimigo o privilégio de aumentar os impostos.